CTEEP
COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ nº 02.998.611/0001-04 - NIRE 35300170571 - CVM nº 18.376
Rua Casa do Ator, nº 1.155, CEP 04546-004 - São Paulo - SP

CTEEP

AVISO AO MERCADO DE OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, DA 5ª (QUINTA) EMISSÃO

Nos termos do disposto no artigo 53 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (**"CVM"**) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (**"Instrução CVM 400"**), da Instrução da CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008 (**"Instrução CVM 471"**), no convênio celebrado entre a CVM e a ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (**"ANBIMA"**), em 20 de agosto de 2008, conforme alterado **"Convênio CVM-ANBIMA"**), do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas", vigente a partir de 1º de abril de 2015 (**"Código ANBIMA de Atividades Conveniadas"**), do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" vigente a partir de 1º de agosto de 2016 (**"Código ANBIMA de Ofertas"** e, em conjunto com o Código ANBIMA de Atividades Conveniadas, **"Códigos ANBIMA"**) e das demais disposições legais aplicáveis, a CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (**"Emissora"**) e o **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.** (**"Santander"** ou **"Coordenador Líder"**), vêm a público comunicar que protocolaram perante a ANBIMA, em 19 de janeiro de 2017, o pedido de análise prévia de registro de oferta pública de distribuição (**"Oferta"**), de 300.000 (trezentas mil) (sem considerar as Debêntures Suplementares) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, emitidas sob a forma nominativa e escritural (**"Debêntures"**), em série única, da 5ª (quinta) emissão (**"Emissão"**) da: **CTEEP - COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA**, Companhia Aberta de Capital Autorizado, CNPJ nº 02.998.611/0001-04 - NIRE 35300170571 - CVM nº 18.376, Rua Casa do Ator, nº 1.155, CEP 04546-004 - São Paulo - SP, perfazendo o total de

R$300.000.000,00
(trezentos milhões de reais)

Classificação de Risco Fitch Ratings: "AAA(bra)"

Código ISIN das Debêntures: BRTRPLDBS055

Exceto quando especificamente definidos neste Aviso ao Mercado, os termos aqui utilizados iniciados em letra maiúscula terão o significado a eles atribuído no "Prospecto Preliminar de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da 5ª (Quinta) Emissão da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista" (**"Prospecto Preliminar"**), sendo que a definição de Prospecto Preliminar engloba todos os seus anexos e documentos a ele incorporados por referência, e no "Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista" (**"Escritura de Emissão"**), o qual foi celebrado, em 07 de fevereiro de 2017, entre a Emissora e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (**"Agente Fiduciário"**). **A TOTALIDADE DOS RECURSOS LÍQUIDOS CAPTADOS PELA EMISSORA POR MEIO DA EMISSÃO DAS DEBÊNTURES, SERÁ UTILIZADA EXCLUSIVAMENTE PARA O PAGAMENTO FUTURO E/OU REEMBOLSO DE GASTOS, DESPESAS OU DÍVIDAS RELACIONADOS AOS PROJETOS QUE OCORRERAM EM PRAZO DE ATÉ 24 (VINTE E QUATRO) MESES CONTADOS DA DATA DE DIVULGAÇÃO DO ANÚNCIO DE ENCERRAMENTO (CONFORME DEFINIDO ABAIXO) (CONFORME DESCRITO NA SEÇÃO "DESTINAÇÃO DOS RECURSOS" DO PROSPECTO PRELIMINAR), OS QUAIS SERÃO ENQUADRADOS PELO MME (CONFORME ABAIXO DEFINIDO) COMO PROJETOS PRIORITÁRIOS DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA NA ÁREA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, NOS TERMOS DA LEI N.º 12.431, DE 24 DE JUNHO DE 2011, CONFORME ALTERADA ("LEI 12.431"), E DO DECRETO Nº 8.874, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016, O QUAL REVOGOU O DECRETO Nº 7.603, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2011 ("DECRETO 8.874"), DE FORMA QUE AS DEBÊNTURES DEVERÃO SER EMITIDAS NA FORMA DA LEI 12.431, AS DEBÊNTURES CONTARÃO COM O INCENTIVO PREVISTO NO ARTIGO 2º DA LEI 12.431, DO DECRETO 8.874, DA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL ("CMN") Nº 3.947, DE 27 DE JANEIRO DE 2011 ("RESOLUÇÃO CMN Nº 3.947") OU DE NORMA POSTERIOR QUE AS ALTEREM, SUBSTITUAM OU COMPLEMENTEM, CONFORME APLICÁVEIS, SENDO OS RECURSOS CAPTADOS COM AS DEBÊNTURES APLICADOS INTEGRALMENTE NOS PROJETOS. NOS TERMOS DA LEI 12.431, DEVERÁ SER EXPEDIDA PELO MME, PARA ENQUADRAMENTO DOS PROJETOS COMO PRIORITÁRIOS, A PORTARIA MME (CONFORME ABAIXO DEFINIDA), A QUAL DEVERÁ SER PUBLICADA NO DOU (CONFORME ABAIXO DEFINIDO).**

1 AUTORIZAÇÃO

1.1. A Emissão e a Oferta serão realizadas com base nas deliberações tomadas na reunião do conselho de administração da Emissora, realizada em 19 de dezembro de 2016 (**"RCA"**), conforme retificada e ratificada pelo Conselho de Administração da Emissora em 07 de fevereiro de 2017 (**"Re-Rat"** e, em conjunto com a RCA, **"Atos Societários da Emissora"**), nos termos do disposto no artigo 59, parágrafo 1º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (**"Lei das Sociedades por Ações"**) e do artigo 20, inciso (xix), do Estatuto Social da Emissora.

2 REQUISITOS

A Emissão e a Oferta serão realizadas com observância dos seguintes requisitos: **2.1. Arquivamento e publicação dos Atos Societários da Emissora:** A ata da **(i)** RCA foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (**"DOESP"**) em 14 de janeiro de 2017 e no jornal "Valor Econômico", em 16 de janeiro de 2017, e foi arquivada na JUCESP em 12 de janeiro de 2017, sob o nº 4.929/17-2; e **(ii)** da Re-Rat será publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico", e será arquivada na JUCESP, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I e no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações, bem como divulgadas no módulo de envio de informações periódicas e eventuais (IPE) por meio do sistema Empresas.Net, estando disponíveis para consulta no site **www.cvm.gov.br**, e na página da Emissora na rede internacional de computadores (**http://www.cteep.com.br/ri**). **2.2. Inscrição da Escritura de Emissão e Aditamentos:** A Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações. A Escritura de Emissão será objeto de aditamento para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), de modo a especificar a taxa final da Remuneração (conforme abaixo definida) e o eventual aumento na quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, em razão da emissão das Debêntures Suplementares (conforme abaixo definidas). Observado o disposto nos itens "Valor Total da Emissão" e "Quantidade" abaixo, a Escritura de Emissão poderá ser objeto de aditamento para refletir o Valor Total da Emissão final e a quantidade de Debêntures efetivamente emitidas, respectivamente. Nestas duas hipóteses, não haverá a necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas e de nova aprovação societária pela Emissora. **2.3. Depósito Eletrônico para Distribuição e Negociação e Custódia Eletrônica:** As Debêntures serão depositadas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário em mercado de bolsa e mercado de balcão organizado por meio **(a)** do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos (**"MDA"**) e do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários (**"CETIP21"**), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Mercados Organizados (**"CETIP"**), sendo a distribuição e a negociação liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou **(b)** do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos (**"DDA"**) e do PUMA Trading System Plataforma Unificada de Multi Ativos (**"PUMA"**), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (**"BM&FBOVESPA"**), sendo processadas pela BM&FBOVESPA o depósito e a liquidação financeira da Oferta e a incorporação das Debêntures; **2.4. Registro na CVM:** A Oferta será registrada na CVM, na forma e nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (**"Lei do Mercado de Valores Mobiliários"**), da Instrução CVM 400, da Instrução CVM 471 e do Convênio CVM-ANBIMA, e das demais disposições legais, regulatórias e autorregulatórias aplicáveis ora vigentes. **2.5. Análise prévia pela ANBIMA.** A Oferta será objeto de análise prévia pela ANBIMA, no âmbito dos Códigos ANBIMA e do Convênio CVM-ANBIMA, para elaboração de parecer técnico e, posteriormente, da CVM, para a concessão do registro da Oferta. **2.6. Portarias do Ministério de Minas e Energia:** Os Projetos serão classificados como prioritários pelo Ministério de Minas e Energia (**"MME"**), nos termos da Lei 12.431 e do Decreto 8.874. Nos termos da Lei 12.431, deverá ser expedida pelo MME, para enquadramento dos Projetos como prioritários a portaria MME (**"Portaria MME"**), a qual deverá ser publicada no Diário Oficial da União (**"DOU"**).

3 CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

3.1. Número da Emissão: As Debêntures representam a 5ª (quinta) emissão de debêntures da Emissora. **3.2. Valor Total da Emissão**: O valor total da emissão será de R$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), podendo ser aumentado em virtude do eventual exercício da Opção de Débitos Suplementares (conforme abaixo definida) (**"Valor Total da Emissão"**). O Valor Total da Emissão poderá, ser reduzido, **(i)** caso não ocorra a aprovação da totalidade dos Projetos pelo MME, nos termos do item 2.6 acima; **(ii)** por decisão da Emissora, caso obtenha outras linhas de financiamento para os Projetos; ou **(iii)** por decisão da Emissora, em caso de ocorrência de evento que dificulte a realização de qualquer parte dos Projetos com o uso dos recursos oriundos das Debêntures. A Escritura de Emissão deverá ser ajustada de maneira a refletir o Valor Total da Emissão final, mediante a celebração de aditamento à Escritura de Emissão, o qual deverá ser inscrito na JUCESP, nos termos do item 2.2 acima, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas. **3.3. Quantidade**: Serão emitidas 300.000 (trezentas mil) Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares (conforme abaixo definidas). A quantidade de Debêntures poderá, ser reduzida, nas hipóteses previstas no item 3.2 acima. A Escritura de Emissão deverá ser ajustada de maneira a refletir a quantidade de Debêntures efetivamente emitidas, mediante a celebração de aditamento à Escritura de Emissão, o qual deverá ser inscrito na JUCESP, nos termos do item 2.2 acima, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas. **3.3.1.** Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada poderá ser acrescida em, aproximadamente, 2,33% (dois inteiros e trinta e três por cento), ou seja, em até 7.000 (sete mil) Debêntures suplementares (**"Debêntures Suplementares"**), nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas, destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no Procedimento de *Bookbuilding*, conforme opção outorgada pela Emissora ao Coordenador Líder (**"Opção de Débêntures Suplementares"**), nos termos do "Contrato de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da 5ª (quinta) Emissão da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista", celebrado em 07 de fevereiro de 2017 entre a Emissora e o Coordenador Líder (**"Contrato de Distribuição"**), que somente poderá ser exercida pelo Coordenador Líder em comum acordo com a Emissora até a data de divulgação do anúncio de início da Oferta (**"Anúncio de Início"**). As Debêntures Suplementares, caso emitidas, serão colocadas sob regime de melhores esforços de colocação pelo Coordenador Líder. **3.3.2.** As Debêntures Suplementares, eventualmente emitidas, passarão a ter as mesmas características das Debêntures inicialmente ofertadas e passarão a integrar o concerto de "Debêntures", nos termos da Escritura de Emissão. **3.4. Séries:** A emissão será realizada em série única. **3.5. Valor Nominal Unitário:** As Debêntures terão valor nominal unitário de R$1.000,00 (um mil reais) (**"Valor Nominal Unitário"**). **3.6. Valor Mínimo de Subscrição:** O valor mínimo de subscrição da Oferta é de R$1.000,00 (mil reais). **3.7. Forma e Comprovação de Titularidade:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador (conforme definido abaixo), e, adicionalmente, **(i)** para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta, extrato em nome do titular das Debêntures (**"Debenturista"**), que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures; e/ou **(ii)** para as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA, será expedido por esta, extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures. **3.8. Comprovação de Pagamento:** Os pagamentos realizados pela Emissora no âmbito das Debêntures serão comprovados pelos recibos emitidos pela respectiva espécie quirografária, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações, não contando com garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Emissora em particular para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão, e não conferindo qualquer privilégio especial ou geral aos Debenturistas. **3.9. Garantia Flutuante e Garantia Adicional:** As Debêntures **(a)** serão da espécie quirografária, **não contando com qualquer tipo de garantia adicional" (b)** são **"Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures" da seção "Fatores de Risco" do Prospecto Preliminar. 3.10. Data de Atualização:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de fevereiro de 2017 (**"Data de Emissão"**). **3.11. Forma e Prazo de Subscrição:** As Debêntures serão subscritas utilizando-se os procedimentos do MDA e/ou do DDA, conforme o caso, a qualquer tempo, dentro do Período de Colocação (conforme abaixo definido), observado o exercício, pelo Coordenador Líder, da garantia firme de colocação das Debêntures, nos termos do Contrato de Distribuição, e observado o cronograma estimado da oferta previsto no item 16 abaixo e no Prospecto Preliminar, e o disposto na regulamentação aplicável. **3.12. Forma e Preço de Integralização:** As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, pelo seu Preço de Integralização. O "**Preço de Integralização**" será o Valor Nominal Unitário, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP ou à BM&FBOVESPA (**"Preço de Integralização"**). Caso ocorra a integralização das Debêntures em mais de uma data, o preço de integralização para as Debêntures que forem integralizadas após a primeira data de subscrição e integralização das Debêntures (**"Primeira Data de Subscrição e Integralização"**) será o Valor Nominal Atualizado das Debêntures (conforme abaixo definido), acrescido da Remuneração (conforme abaixo definida) calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Subscrição e Integralização até a data de sua efetiva integralização. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos investidores interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta, bem como não haverá ágio de tais valores ou mínimos, independentemente de ordem cronológica. **Para informações sobre o preço de subscrição e forma de integralização das Debêntures, vide seção "Informações Sobre a Oferta - Características da Oferta - Forma e Preço de Integralização" do Prospecto Preliminar. 3.13. Prazo e Data de Vencimento:** Observado o disposto no item 3.23 abaixo, o prazo de vencimento das Debêntures será de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de fevereiro de 2024 (**"Data de Vencimento"**), ressalvadas as hipóteses da declaração de vencimento antecipado, nos termos da Escritura de Emissão, e resgate antecipado da totalidade das Debêntures exclusivamente na hipótese de indisponibilidade do IPCA, nos termos da Cláusula 6.15.3 da Escritura de Emissão, e, na hipótese prevista no item 3.27.3 abaixo, observada a Cláusula 6.16.4.476, resgate antecipado das Debêntures. **3.14. Amortização Programada.** O Valor Nominal Atualizado das Debêntures será amortizado integralmente, em uma única parcela, na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de pagamento em decorrência da declaração de vencimento antecipado, nos termos da Escritura de Emissão, e resgate antecipado da totalidade das Debêntures exclusivamente na hipótese de indisponibilidade do IPCA, nos termos da Cláusula 6.15.3 da Escritura de Emissão, e na hipótese prevista no item 3.27.3 abaixo, observada a Resolução CMN 4.476, resgate antecipado das Debêntures. **3.15. Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário:** As Debêntures terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado monetariamente (**"Atualização Monetária das Debêntures"**) a partir da Primeira Data de Subscrição e Integralização até a integral liquidação das Debêntures, pela variação do índice financeiro apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (**"IPCA"**), calculado de forma pro rata temporis por Dias Úteis (conforme abaixo definidos), sendo que o produto da Atualização Monetária das Debêntures será incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário (**"Valor Nominal Atualizado das Debêntures"**), segundo a fórmula descrita na Escritura de Emissão (**"Valor Nominal Atualizado das Debêntures"**). **3.16. Indisponibilidade do IPCA:** A Escritura de Emissão dispõe sobre a eventual tratamento a ser dado na hipótese de indisponibilidade do IPCA, tal como a sua não divulgação pelo IBGE por mais de 10 (dez) dias após a data prevista para sua divulgação, ou a sua extinção ou limitação legal ou judicial, sendo que, nesse caso, deverá ser utilizado, em substituição ao IPCA, o percentual correspondente à taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B), com vencimento em 15 de agosto de 2026 a ser verificada na Data Útil imediatamente anterior à data do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*), conforme as taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA em sua página na internet (**http://www.anbima.com.br**), disponível na Data Útil imediatamente anterior à data do Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitada ao percentual máximo de 6,00% (seis inteiros e dois centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Subscrição e Integralização das Debêntures, inclusive, até a data de seu efetivo pagamento (exclusive) (**"Remuneração"**), de acordo com fórmula descrita na Escritura de Emissão e no Prospecto Preliminar. **Para mais informações sobre a Remuneração, veja seção "Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures - Características da Emissão e das Debêntures - Remuneração e Pagamento da Remuneração" no Prospecto Preliminar. A Remuneração será apurada na data do Procedimento de *Bookbuilding* e divulgada no Anúncio de Início, nos termos do artigo 23, parágrafo 1º, e 54-A da Instrução CVM 400. 3.18. Pagamento da Remuneração:** A Remuneração será paga anualmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de fevereiro de 2018 e o último pagamento na Data de Vencimento das Debêntures, conforme tabela descrita na cláusula 6.17 da Escritura de Emissão e na seção "Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures - Pagamento da Remuneração" do Prospecto Preliminar, sendo cada período de capitalização compreendido entre a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (ou a Primeira Data de Subscrição e Integralização, no caso do primeiro período) e a Data de Pagamento da Remuneração do vencimento antecipado, nos termos da Escritura de Emissão, e resgate antecipado da totalidade das Debêntures exclusivamente na hipótese de indisponibilidade do IPCA, nos termos da Cláusula 6.15.3 da Escritura de Emissão, e na hipótese prevista no item 3.27.3 abaixo, observada a Resolução CMN 4.476,resgate antecipado das Debêntures. Farão jus à Remuneração das Debêntures aquelas que forem titulares das Debêntures ao final do dia útil imediatamente anterior a respectiva Data de Pagamento da Remuneração. **3.19. Repactuação:** As Debêntures não serão objeto de repactuação programada. **3.20. Resgate Antecipado Facultativo:** As Debêntures não serão objeto de resgate antecipado facultativo a qualquer tempo e a exclusivo critério da Emissora. Não obstante, poderá haver o resgate antecipado facultativo das Debêntures na hipótese de indisponibilidade do IPCA, nos termos da Cláusula 6.15.3 da Escritura de Emissão, observado o prazo de 4 (quatro) anos a contar da Data de Emissão, conforme determina a Resolução CMN nº 4.476 (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis). Os demais termos e condições do Resgate seguem descritos na Cláusula 6.18 da Escritura de Emissão e na seção "Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures - Resgate Antecipado Facultativo", do Prospecto Preliminar. **Para mais informações, ver a seção "Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures - Resgate antecipado na hipótese de indisponibilidade do IPCA e na hipótese de ser editada lei determinando a incidência de imposto de renda retido na fonte sobre a Remuneração devida aos titulares das Debêntures em alíquotas superiores aquelas em vigor na data de assinatura da Escritura de Emissão" do Prospecto Preliminar. 3.21. Aquisição Facultativa:** A Emissora poderá, decorridos os 2 (dois) primeiros anos contados da Data de Emissão ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis, adquirir as Debêntures em circulação, nos termos dos incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 1º da Lei 12.431. Observado o disposto nesta Cláusula 3.21 e na Escritura de Emissão, a Emissora poderá adquirir as Debêntures, desde que observados os termos no artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável editada pela CVM, ou mediante oferta de aquisição feita em igualdade de condições a todos os Debenturistas, mediante publicação de aviso ao mercado ou comunicação individual a todos os Debenturistas, ou, ainda, por meio de negociação em mercado secundário, por valor não superior ao Valor Nominal Atualizado, devendo o fato ser comunicado ao mercado por meio de relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. Tais Debêntures poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures. **Para maiores informações, ver a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures - As Debêntures poderão ser objeto de Aquisição Facultativa nos termos previstos na Escritura de Emissão, o que poderá impactar de maneira adversa na liquidez das Debêntures no mercado secundário" do Prospecto Preliminar. 3.22. Oferta Facultativa:** Após o encerramento do Período de Colocação, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, nos termos do artigo 8º-A da Instrução CVM 400, conforme alterada (**"Oferta Facultativa"**), observado o plano de distribuição, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Atualizado das Debêntures acrescido da Remuneração, desde a Primeira Data de Subscrição e Integralização das Debêntures ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a data do efetivo pagamento na ocorrência das hipóteses descritas na Escritura de Emissão e no Prospecto Preliminar da Oferta, cujas hipóteses constam da seção **"Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures - Vencimento Antecipado" e item "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures - As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado" do Prospecto Preliminar. 3.23. Encargos Moratórios:** Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido aos Debenturistas pela Emissora, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Atualização Monetária das Debêntures e da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, **(i)** multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e **(ii)** juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor devido e não pago, desde o momento desde a data de inadimplemento (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusive), incidente sobre o montante atualizado devido e não pago (**"Encargos Moratórios"**). **3.24. Decadência dos Direitos aos Acréscimos:** O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer obrigações pecuniárias nas datas previstas na Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos da Escritura de Emissão, não fará jus a receber qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento. **3.25. Local de Pagamento:** Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por meio da CETIP e/ou BM&FBOVESPA, por meio do Banco Liquidante (conforme abaixo definido) para as Debêntures que não tiverem sido eletronicamente custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou BM&FBOVESPA, conforme o caso. **3.26. Prorrogação dos Prazos:** Considera-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Exceto quando previsto expressamente no âmbito da Escritura de Emissão, entende-se por "Dia Útil": **(i)** com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da CETIP, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; **(ii)** com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da BM&FBOVESPA, qualquer dia exceto: **(a)** sábados, domingos ou feriados nacionais, no Estado ou na Cidade de São Paulo; e **(b)** aqueles sem expediente na BM&FBOVESPA; e **(iii)** com relação a qualquer obrigação pecuniária não realizada por meio da CETIP ou por meio da BM&FBOVESPA, qualquer dia no qual bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo. **3.27. Tratamento Tributário e Imunidade Tributária:** As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto no artigo 2º da Lei 12.431. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária diferente daquelas previstas na Lei 12.431, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para o primeiro pagamento relativo às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, que será analisada pelo Banco Liquidante e Escriturador e poderá ser julgada apropriada pelo Banco Liquidante e Escriturador, sob pena de ter descontados dos rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou gozasse de isenção tributária. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária deverá comunicar e este fato, por escrito, ao Banco Liquidante e Escriturador, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao fato que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante e Escriturador ou pela Emissora. **3.27.1.** Adicionalmente, nos termos do parágrafo 8º, do artigo 1º, da Lei 12.431, caso a Emissora não utilize os recursos captados por meio das Debêntures na forma prevista na Cláusula 4 da Escritura de Emissão, esta será responsável pela multa a ser paga nos termos da referida Lei, equivalente a 20% (vinte por cento) do valor dos recursos não alocados nos Projetos. **3.27.2.** Sem prejuízo da multa mencionada na Cláusula 3.27.1 acima, nos termos da Lei 12.431, os rendimentos produzidos pelas Debêntures sujeitam-se à alíquota reduzida de imposto de renda ainda que ocorra a hipótese de não alocação dos recursos captados na forma na forma do disposto na Cláusula 4 da Escritura de Emissão. **3.27.3.** Caso, a qualquer momento durante a vigência da presente Escritura de Emissão, seja editada lei determinando a incidência de imposto de renda retido na fonte sobre a Remuneração devida aos Debenturistas em alíquotas superiores àquelas em vigor na presente data, a Emissora **(i)** estará autorizada, independentemente de qualquer aprovação ou aprovação, a realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures desde que transcorridos 4 (quatro) anos a contar da Data de Emissão (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis), nos termos da Cláusula 3.20 acima; e **(ii)** até que o resgate seja realizado, deverá acrescer aos pagamentos de Remuneração valores adicionais suficientes para que os Debenturistas recebam tais pagamentos como se a incidência de imposto de renda retido na fonte se desse às alíquotas vigentes na data de assinatura da Escritura de Emissão, sendo que o pagamento de referido acréscimo deverá ser realizado fora do ambiente CETIP e/ou fora do ambiente BM&FBOVESPA. **Para maiores informações, veja a seção "Destinação dos Recursos" no Prospecto Preliminar e a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures - Caso as Debêntures deixem de satisfazer determinadas características que a enquadrem como Debêntures de Infraestrutura, não há como garantir que elas continuarão a receber o tratamento tributário diferenciado previsto na lei 12.431" do Prospecto Preliminar. 3.28. Fundo de Liquidez e Estabilização:** Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de estabilização de preço para as Debêntures. Será fomentada a liquidez das Debêntures, mediante a contratação do Formador de Mercado, observado os termos da Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição e do Contrato de Formador de Mercado (conforme abaixo definido). **3.29. Fundo de Amortização:** Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão. **3.30. Demais Características:** As demais características da Emissão e das Debêntures encontram-se descritas na Escritura de Emissão e no Prospecto Preliminar.

4 DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431 a totalidade dos recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures, será utilizada exclusivamente para o pagamento futuro e/ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionados aos Projetos que ocorreram em prazo de até 24 (vinte e quatro) meses contados da data de divulgação do Anúncio de Encerramento (conforme abaixo definido), cujas informações, nos termos do parágrafo 1º do artigo 2º da Resolução CMN nº 3.947, seguem descritas na tabela abaixo:

Objetivo dos Projetos	Realizar investimentos em reforços e melhorias de instalações de transmissão, compreendendo a instalação, a substituição ou a reforma, visando manter a prestação de serviço adequada, a confiabilidade do SIN - Sistema Interligado Nacional, a vida útil dos equipamentos e/ou realizar a conexão de novos usuários (**"Projetos"**)
Data do início dos Projetos	12 de dezembro de 2012
Fase atual dos Projetos	Parte dos Projetos já estão em fase operacional e outros estão em fase de implantação.
Data de encerramento dos Projetos	Até 31 de Dezembro de 2019.
Volume de recursos financeiros necessários para a realização dos Projetos	Aproximadamente R$636.300.000,00 (seiscentos e trinta e seis milhões e trezentos mil reais).
Valor das Debêntures que será destinado aos Projetos	R$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), considerando a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, sem considerar a subscrição e a integralização das Debêntures Suplementares, observado o disposto item "Valor Total da Emissão" acima até, no máximo, R$307.000.000,00 (trezentos e sete milhões de reais), considerando a possibilidade de subscrição e integralização das Debêntures e das Debêntures Suplementares, se emitidas.
Alocação dos recursos a serem captados por meio das Debêntures	Nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, a totalidade dos recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures, será utilizada exclusivamente para o pagamento futuro e/ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionados aos Projetos que ocorreram em prazo de até 24 (vinte e quatro) meses contados da data de divulgação do Anúncio de Encerramento .
Percentual dos recursos financeiros necessários ao Projetos provenientes das Debêntures	Aproximadamente 47% (quarenta e sete por cento) do volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização dos Projetos, considerando a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, sem considerar a subscrição e a integralização das Debêntures Suplementares.

Os Projetos deverão ser considerados como prioritários pelo MME, conforme a Portaria MME, para fins do disposto na Lei 12.431. O valor total dos Projetos considerados como prioritários pelo MME, conforme a Portaria MME, poderá ser inferior àquele disposto na linha "Volume de recursos financeiros necessários para a realização dos Projetos" da tabela acima, observado o disposto no item "Valor Total da Emissão" acima. Os recursos adicionais necessários para a conclusão dos Projetos poderão decorrer de uma combinação de recursos que a Emissora vier a captar por meio de recursos próprios provenientes de suas atividades e/ou financiamentos, via mercados financeiro e/ou de capitais (local ou externo), dentre outros, a exclusivo critério da Emissora. Caso haja o exercício da Opção de Débêntures Suplementares, os recursos líquidos obtidos pela Emissora em decorrência do exercício de tais opções serão integralmente destinados aos Projetos. **Para mais informações sobre a Destinação dos Recursos e os Projetos, veja a seção "Destinação dos Recursos" no Prospecto Preliminar.**

5 CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

5.1. Colocação e Procedimento de Distribuição: A Oferta será realizada nos termos da Instrução CVM 400, da Lei de Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 471, do Convênio CVM-ANBIMA, dos Códigos ANBIMA e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob regime de garantia firme de colocação para o Valor Total da Emissão (sem considerar a emissão das Debêntures Suplementares, as quais, se emitidas, serão colocad